

**OS EFEITOS DA LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL NA POBREZA DAS NAÇÕES: UMA
ANÁLISE POR MEIO DA RENDA REAL E DO BEM-ESTAR**

Eduardo Ledesma Al-Alam[•]
Angélica Massuquetti^{••}
André Filipe Zago de Azevedo^{•••}

Resumo: A pobreza, embora tenha declinado nas últimas décadas, continua sendo um dos maiores desafios a serem enfrentados no século XXI. Este estudo investiga os efeitos da liberalização comercial sobre a pobreza em diferentes regiões em desenvolvimento do mundo. A análise ocorre de forma indireta, observando os impactos sobre a renda real e o bem-estar destas regiões. É utilizado o modelo de equilíbrio geral computável *Global Trade Analysis Project* (GTAP), sendo realizadas três simulações de liberalização comercial, buscando comparar os benefícios da abertura dos países desenvolvidos em relação à liberalização plena, com contrapartida dos países em desenvolvimento. Os resultados revelam que os ganhos de renda real e bem-estar das regiões em desenvolvimento são maiores quando elas próprias participam do processo de abertura ao lado das regiões desenvolvidas. As simulações vão ao encontro dos resultados de Hertel et al. (2009), em que a liberalização comercial realizada em todas as regiões se mostrou mais benéfica aos países mais pobres do que a liberalização comercial com ênfase apenas em países desenvolvidos, como é o caso da Rodada Doha.

Palavras-chaves: Pobreza; Liberalização comercial; Modelo de equilíbrio geral computável.

Abstract: Poverty, although declining in recent decades, remains one of the greatest challenges to be faced in the twenty-first century. This study investigates the effects of trade liberalization on poverty in different developing regions of the world. The analysis occurs indirectly, examining the impacts on real income and welfare of these regions. It used the model of computable general equilibrium *Global Trade Analysis Project* (GTAP), and held three trade liberalization simulations, to compare the benefits of the opening of developed countries with regard to full liberalization, with consideration for developing countries. The results show that the real income gains and welfare of developing regions are larger when they participate in the liberalization process together with the developed regions. The simulations are in line with the results of Hertel et al. (2009), in which trade liberalization carried out in all regions was more beneficial to the poorest countries that trade liberalization with emphasis in developed countries, such as the Doha Round.

Keywords: Poverty; Trade liberalization; Model of computable general equilibrium.

JEL: O19; I32; C68.

[•] Mestre em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). E-mail: edu_alam@hotmail.com

^{••} Professora no Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). E-mail: angelicam@unisinobr

^{•••} Professor no Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e Bolsista de Produtividade em Pesquisa (CNPq). E-mail: aazevedo@unisinobr

1 INTRODUÇÃO

A pobreza extrema representa um dos maiores desafios a ser enfrentado no século XXI. Embora muitas pessoas tenham deixado a condição de pobreza absoluta nas últimas décadas, ainda havia 902 milhões vivendo nessa condição, em 2012. Boa parte delas (95%) se concentrava em apenas três regiões: Ásia Oriental e Pacífico, Ásia Meridional e África Subsaariana. No período mais recente, o continente africano é a região que apresenta a maior parcela da população vivendo abaixo de US\$ 1,90 ao dia, com 42,6% do total. Já a região asiática apresentou a maior queda da pobreza absoluta, com mais de um bilhão de pessoas deixando essa condição, entre 1990 e 2012 (*WORLD BANK*, 2016).

A literatura tem apontado que uma das principais razões para a recente redução da pobreza global é a elevação das taxas de crescimento econômico, impulsionada pela maior participação destas economias nos fluxos de comércio internacional (por exemplo, BHAGWATI; SRINIVASAN, 2002; DOLLAR; KRAAY, 2002; WINTERS, 2006).

De acordo com Winters (2006), o crescimento econômico é a solução para o alívio permanente da pobreza e, para isto, um dos fatores mais importantes seria a liberalização comercial. Esta geralmente tem uma contribuição positiva para a diminuição da pobreza, pois permite que as pessoas explorem seus potenciais produtivos, evita políticas arbitrárias de intervenção e ajuda a isolar choques adversos.

Bhagwati e Srinivasan (2002), nessa mesma linha, apresentam argumentos estáticos e dinâmicos para sustentar os benefícios do comércio para aliviar a pobreza. O principal argumento estático se refere ao teorema de Stolper-Samuelson. O comércio, ao aumentar os preços de exportação dos produtos dos países menos desenvolvidos, intensivos em mão de obra pouco qualificada, irá elevar os salários desses trabalhadores, reduzindo a pobreza. Já os argumentos dinâmicos mostram a relação entre comércio e crescimento econômico, principalmente via difusão de inovações, e desse com a redução da pobreza, por meio da inserção no mercado de trabalho de um amplo contingente de mão de obra, geralmente pouco qualificada.

Do ponto de vista empírico, há muitas pesquisas que atestam uma relação direta entre comércio e crescimento econômico. Tanto modelos econométricos com dados em corte transversal (*cross-section*), como Sachs e Warner (1995) e Frankel e Romer (1999), e estudos que relacionaram grau de abertura comercial e crescimento, como Dollar e Kraay (2002), mostraram um impacto positivo do comércio sobre o crescimento. O mesmo ocorreu com estudos qualitativos detalhados de países específicos, como Little et al. (1970). Já a relação entre crescimento e redução da pobreza está documentada em vários estudos de países, especialmente China e Índia, que detêm a maior parcela de pobres do mundo. Ambos os países obtiveram uma grande queda da pobreza no período 1980-2000, quando apresentaram elevadas taxas de crescimento econômico.

Outros autores utilizaram o modelo de equilíbrio geral computável para analisar as relações entre a liberalização comercial e a pobreza, como Hertel et al. (2003), que realizaram a pesquisa para 14 países em desenvolvimento e concluíram que, com exceção de três países, todos os demais apresentaram ganhos reais na média de seus recebimentos relativos à capital, terra e trabalho, comparando com o mundo como um todo. Naranpanawa e Arora (2014) utilizaram tal metodologia para realizar simulações a fim de entender os impactos de curto prazo da liberalização comercial no crescimento regional da Índia. Os autores concluíram que, no curto prazo, a liberalização comercial tem um impacto positivo sobre as regiões mais ricas e de renda média, porém tem um impacto marginal ou negativo sobre as regiões mais pobres. Nahar e Siriwardana (2009) estudaram esta relação em Bangladesh e concluíram que, no longo prazo, a liberalização comercial reduz a pobreza absoluta para todos os grupos, tanto em áreas rurais como em áreas urbanas.

Além destes, outros autores também utilizaram este mesmo método, como Heralut (2007), que mediu os impactos da abertura comercial em relação à pobreza da África do Sul e sua conclusão foi de que a liberalização comercial pode ser responsável por um crescimento econômico de 0,3% e, como resultado disto, pode induzir a uma maior utilização de dois fatores escassos de produção, que são capital e trabalho qualificado, através do aumento dos retornos reais obtidos por eles. Por fim, Azzoni et al. (2007) mediram o impacto de uma possível reforma comercial entre o Brasil e os países membros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) mais a China, e a conclusão foi de que os ganhos de comércio aumentariam os rendimentos de todos os grupos domésticos, incluindo

os mais pobres, porém, em geral, o bem-estar das famílias agrícolas mais pobres aumentaria em menor grau do que o de famílias agrícolas mais ricas. Este padrão se manteria com relação às famílias urbanas, com exceção do quartil mais rico da população, que se beneficiaria menos, em relação aos demais, quando se encontrasse em nível de pleno emprego.

A economia mundial vem apresentando elevados níveis de crescimento desde os anos 1990, com destaque aos países em desenvolvimento, de acordo com Dollar e Kraay (2002), no entanto, existe ainda um extenso debate em relação à intensidade com que os pobres possam ter sido beneficiados por este crescimento. Esta dúvida a respeito dos impactos do crescimento para com os pobres é uma das maiores preocupações dos críticos à globalização, segundo Harrison (2006).

Conforme Hertel e Reimer (2005), na última década, houve uma onda de liberalização comercial e isto fez com que se elevasse a participação dos países em desenvolvimento no mercado mundial. Assim, o objetivo deste estudo é analisar se a liberalização comercial reduziria a pobreza dos países em desenvolvimento. A análise da redução da pobreza é realizada de forma indireta, por meio da evolução da renda real e do bem-estar das famílias. Para o desenvolvimento deste estudo, foi utilizado o modelo de equilíbrio geral computável (EGC), mediante a utilização da base de dados *Global Trade Analysis Project* (GTAP), sendo realizadas três simulações de liberalização comercial, buscando comparar os benefícios da abertura dos países desenvolvidos em relação à liberalização plena, com contrapartida dos países em desenvolvimento.

A redução da pobreza é um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), definidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), portanto, trata-se de um tema atual e prioritário para a melhoria das condições de vida e de bem-estar dos menos favorecidos. Assim, a relevância desta pesquisa se justifica por dois aspectos, dentre os quais está o fato de identificar se há relação existente entre o nível de abertura comercial e o nível de pobreza das nações em desenvolvimento e de estimar, baseado no modelo de equilíbrio geral, o impacto de decisões relacionadas à abertura comercial na pobreza dos países. Por fim, este estudo analisa a liberalização comercial e sua incidência sobre a pobreza dos países em desenvolvimento.

Organizado em cinco seções, este artigo inicia-se com a presente introdução. Na segunda seção é realizada uma análise sobre a evolução da pobreza no mundo e sobre as relações entre liberalização comercial e pobreza. Apresentam-se, ainda, estudos empíricos que utilizam o modelo de equilíbrio geral computável na análise destas temáticas citadas anteriormente. Na terceira seção é apresentado o modelo de equilíbrio geral computável, bem como as regiões e os setores que são objetos deste estudo. Na quarta seção são discutidos e analisados os resultados. Por fim, na quinta e última seção, são exibidas as conclusões do estudo e sugestões para pesquisas futuras.

2 LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL E POBREZA

Esta seção está dividida em três subseções. Na primeira é examinada a evolução recente do nível de pobreza nas principais regiões em desenvolvimento do mundo. Na segunda são apresentados os principais mecanismos por meio dos quais a liberalização comercial afetaria o nível de pobreza. Por fim, na terceira subseção, são descritos os estudos empíricos que utilizaram o modelo de equilíbrio geral computável na análise desta temática.

2.1 EVOLUÇÃO DA POBREZA GLOBAL

Nas últimas décadas, três regiões, Ásia Oriental e Pacífico, Ásia Meridional e África Subsaariana, concentraram 95% da pobreza global, conforme a Tabela 1. No entanto, esta situação mudou nos últimos anos, pois, em 1990, Ásia Oriental e Pacífico representava 51% dos pobres no mundo, enquanto 15% viviam na África Subsaariana. Já as previsões para 2015 mostram que esta situação se inverteu, pois enquanto a região Ásia Oriental e Pacífico passou a representar 12% dos pobres do mundo, a África Subsaariana passou a ter uma representatividade de 49%.

Segundo *World Bank* (2016), a crescente concentração da pobreza mundial na África Subsaariana é motivo de grande preocupação, pois embora alguns países da região tenham conseguido realizar uma redução nos seus níveis de pobreza, a região como um todo ficou muito atrás do resto do mundo neste quesito. A pobreza na África Subsaariana caiu de 56%, em 1990, para 35,2%, em 2015, segundo

previsões, enquanto na Ásia Oriental e Pacífico e na Ásia Meridional, os níveis caíram de 60,8% e 50,6%, em 1990, para 4,1% e 13,5%, em 2015, respectivamente.

Conforme previsões do *World Bank* (2016), todas as regiões apresentarão reduções em seus níveis de pobreza em 2015, algumas de forma mais acelerada, como Ásia Oriental e Pacífico, e outras em ritmo mais lento, como América Latina e Caribe e África Subsaariana. Além disto, podem-se notar grandes reduções quando se trata tanto dos países em desenvolvimento quanto do mundo como um todo. Os países em desenvolvimento possuíam, em 1990, 44,3% de sua população composta de pobres, enquanto, em 2015, este número passará para 11,9%, já o percentual total de pobres no mundo irá cair de 37,1%, em 1990, para 9,6%, em 2015.

Quando se trata de valores absolutos, a Tabela 1 mostra que de um total de quase dois bilhões de pobres, em 1990, o mundo terá 702,1 milhões de pessoas, em 2015, o que apesar de ainda ser um número bastante expressivo, mostra a grande evolução ocorrida ao longo destes anos. Vale destacar a evolução das regiões asiáticas, que apresentaram a maior diminuição em seus níveis de pobreza, tanto em termos relativos quanto em termos absolutos. Estas regiões representavam aproximadamente 80% dos pobres do mundo, em 1990, enquanto, em 2015, sua participação passou a ser de aproximadamente 45%, o que representa uma diminuição de quase 1,3 bilhão de pessoas nesta situação.

Tabela 1: Dados históricos e previsões sobre a pobreza global – 1990-2015

Região	Histórico				Projeção
	1990	1999	2011	2012	2015*
Parcela da população abaixo de US\$1,9 por dia (2011 PPP)					
Ásia Oriental e Pacífico	60,8	37,5	8,5	7,2	4,1
Europa e Ásia Central	1,9	7,8	2,7	2,5	1,7
América Latina e Caribe	17,7	14,1	6,5	6,2	5,6
Oriente Médio e Norte da África**	-	-	-	-	-
Ásia Meridional	50,6	41,2	22,2	18,8	13,5
África Subsaariana	56,0	58,1	44,3	42,6	35,2
Países em Desenvolvimento	44,3	34,2	16,6	15,0	11,9
Mundo	37,1	29,0	14,2	12,8	9,6
Pessoas abaixo de US\$ 1,9 por dia (2011 PPP) (em milhões)					
Ásia Oriental e Pacífico	999,3	689,7	173,1	147,2	82,6
Europa e Ásia Central	9,0	36,6	12,7	12,0	4,4
América Latina e Caribe	78,0	72,2	37,7	37,1	29,7
Oriente Médio e Norte da África**	-	-	-	-	-
Ásia Meridional	574,5	560,1	362,3	309,2	231,3
África Subsaariana	284,0	375,4	393,5	388,5	347,1
Mundo	1958,5	1746,6	987,4	902,0	702,1

Fonte: *World Bank* (2016). Notas: (*) Dada a demorada produção por pesquisas domiciliares, 2012 é o último ano para o qual o Banco Mundial é capaz de produzir dados regionais e estimativas para a pobreza global. Todos os números para 2015 e além são projeções estatísticas com base em cenários de crescimento e suposições de distribuição, e devem ser tratados com cautela considerável. (**) Particularmente, Argélia, Egito, Iraque, Síria e Iêmen, são países que se encontram em prolongados conflitos e que não divulgam dados demográficos atualizados, portanto, as estimativas de pobreza são improváveis de refletir a verdadeira situação de pobreza destes países.

Para realizar a definição de pobreza, o *World Bank* (2016) passou a utilizar uma nova metodologia a partir do relatório de 2015, onde a linha considerada como pobreza passou a ser de US\$ 1,90 por dia, e não mais os US\$ 1,25 por dia a preços de 2005, como era utilizada anteriormente. Segundo a instituição, a nova linha estipulada preserva o poder de compra da linha anterior nos países mais pobres do mundo.

2.2 RELAÇÕES ENTRE LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL E POBREZA

A crescente importância de temas como a política comercial e a liberalização do comércio entre os estudos da economia é inegável, porém a conexão entre estes temas e a pobreza é claramente muito importante, mas ainda pouco estudada, conforme afirmaram Dollar e Kraay (2001). Para Winters (2006), conforme afirmado anteriormente, o crescimento econômico é fundamental para a diminuição permanente da pobreza, e para isto a liberalização comercial se mostra um dos fatores mais importantes.

Winters (2006) afirma que a ligação clássica entre o comércio mundial e a pobreza¹ se dá via mercado de trabalho, pois uma maior abertura ao comércio internacional permite ao país exportar mais

¹ Segundo PNUD (2016), há, aproximadamente, 1,5 bilhão de pessoas, em 91 países em desenvolvimento, vivendo com US\$ 1,25 ou menos ao dia, ou seja, em situação de pobreza, com a sobreposição de privações em saúde, educação e padrão de vida. Embora a pobreza esteja diminuindo de modo geral, quase 800 milhões de pessoas estão sob o risco de voltar à pobreza caso ocorra algum tipo de contratempo. Além disso, de acordo com Oxfam (2016), a renda mundial está distribuída tão desigualmente que, em 2014, os mais ricos do mundo (1%) possuíam 48% da riqueza mundial e se a tendência de concentração

bens trabalho-intensivo e substituir a produção local de bens de capital-intensivo por importações, o que faria com que aumentasse a demanda por trabalho. Então, se a concentração maior de pobres está entre as pessoas que estão atualmente ou potencialmente no mercado de trabalho, o aumento na demanda teria um impacto positivo ao ajudar a aliviar a pobreza. O autor também assume que países em desenvolvimento e com economias rurais têm excesso de trabalho e podem realizar produções adicionais, contratando mais trabalhadores sem grandes aumentos de preço. Para ele, portanto, a conclusão que permanece é a de que a liberalização do comércio mundial nos produtos agrícolas é positivamente ligada a efeitos que favorecem os pobres.

Winters (2006) conclui que geralmente a liberalização comercial é uma contribuição positiva para o alívio da pobreza, pois permite que as pessoas explorem seus potenciais produtivos e auxiliem no crescimento econômico, além de evitar políticas arbitrárias de intervenção e ajudar a isolar a economia local de choques adversos. No entanto, o autor afirma que muitas reformas políticas poderão gerar perdas para alguns indivíduos e os mesmos poderão, temporariamente, aumentar a pobreza. Nessas circunstâncias, as políticas econômicas têm de ser direcionadas ao alívio das dificuldades causadas aos indivíduos, ao invés de abandonar as reformas por completo.

Sobre o estudo da liberalização econômica e da abertura comercial, para Rodrik (1998), uma importante questão é se um aumento delas gera maiores ou menores choques domésticos. Ele afirma que as economias mais abertas comercialmente possuem uma maior volatilidade na renda total, o que sugere que os elementos dos termos de comércio dominam os possíveis elementos dos choques locais.

Segundo Dollar e Kraay (2001), a liberalização comercial dos países é uma das principais condições políticas e institucionais para o aumento da renda média. Além desta, eles citam ainda as seguintes: estabilidade macroeconômica, tamanho moderado do governo, desenvolvimento financeiro, rígidos direitos de propriedade e estado de direito. Os autores concluíram que a renda dos mais pobres é positivamente ligada e cresce relativamente igual à renda média. Segundo observaram os autores, do total de 418 observações, nos 137 países, em 285 episódios pode-se relacionar crescimento da renda dos pobres com o crescimento da renda da economia em geral. Além disso, nos 149 episódios em que o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* cresce a uma taxa de pelo menos 2% ao ano, em 131 destes episódios a renda dos mais pobres também cresce; então quase que na totalidade dos casos a renda dos pobres aumenta nos períodos de crescimento significativo.

Os autores concluíram que, em torno de 80% da variação da renda dos pobres é devido à variação em geral da renda *per capita*, e somente 20% é devido às diferenças na distribuição de renda entre os países. Para eles, isto reflete nada mais do que o senso comum, de que uma pessoa pobre em um país de renda média, como a Coreia do Sul, possui um padrão de vida muito mais elevado do que uma pessoa pobre em um país como a Índia, não porque recebe alguma parcela significativa da renda nacional, mas porque a média de renda do país é muito mais elevada na Coreia do Sul do que na Índia.

Ainda segundo Dollar e Kraay (2001), crescimento não é tudo que se precisa para beneficiar os pobres, no entanto, os autores enfatizam que geralmente o crescimento traz relativamente maiores benefícios aos pobres do que a quaisquer outros da sociedade. Então, o que se espera das políticas econômicas é que o crescimento do Estado de direito, da disciplina fiscal e a abertura comercial aos mercados internacionais sejam temas centrais, em qualquer estratégia efetiva de redução de pobreza.

Para Harrison (2006), existem evidências de que os pobres são mais propensos a incorporar ganhos em função das políticas comerciais, quando estas são combinadas com políticas complementares, como: investimentos em capital humano e infraestrutura, políticas de promoção de crédito e assistência técnica aos trabalhadores e políticas de promoção da estabilidade econômica. Em seu estudo, a autora analisa as relações entre globalização e pobreza e para isto utiliza o foco em duas medidas de globalização: o comércio internacional e o fluxo internacional de capitais.

Na análise de pobreza, Harrison (2006) utiliza a definição do Banco Mundial, ou seja, pessoas que vivem com um² dólar ao dia ou menos. Já na análise a respeito da abertura comercial, são utilizadas

de renda se mantiver, em 2016, este mesmo grupo possuirá mais riqueza do que todo o restante da população mundial. Ainda segundo Oxfam (2016), dos 52% da renda mundial, quase a totalidade pertence aos 20% mais ricos, de modo que os 80% restantes possuem 5,5% da riqueza mundial.

² Esta definição foi alterada em 2015, conforme descrito anteriormente.

medidas de política comercial e volumes negociados³. Segundo a autora, uma das maiores preocupações dos críticos à globalização e à liberalização comercial é o impacto destes fatores sobre os pobres. Para ela, o comércio e o recebimento de investimento estrangeiro têm produzido benefícios para os pobres em setores de exportação e setores que recebem investimento estrangeiro. A autora afirma, ainda, que a pobreza tem diminuído nas regiões exportadoras ou onde o investimento externo está crescendo, como, por exemplo, no México, onde os pobres das regiões mais globalizadas têm resistido às crises macroeconômicas melhor do que seus vizinhos de regiões mais isolados; ou então na Índia, onde a abertura ao investimento estrangeiro tem sido associada ao declínio da pobreza. Além disto, estudos realizados por Harrison (2006), na Índia e na Colômbia, sugerem que os efeitos da globalização são mais positivos para os pobres se são implantadas reformas comerciais juntamente com a redução de impedimentos à mobilidade de trabalho.

Ainda segundo Harrison (2006), a pobreza pode ser reduzida através do crescimento econômico ou através de melhorias no seu sistema de distribuição, ou ainda, através de ambos. Uma maior abertura de fluxos de capital pode aliviar a pobreza através de diversos canais. Para a autora, o crescimento econômico deve auxiliar a reduzir a pobreza se uma maior integração financeira contribui para esse crescimento através da expansão do acesso ao capital, da expansão ao acesso à tecnologia, do estímulo ao desenvolvimento doméstico do setor financeiro, da redução do custo de capital e da diminuição das restrições ao crédito doméstico.

Para Bhagwati e Srinivasan (2002), um dos mais conhecidos teoremas relacionados ao comércio internacional é o de Stolper-Samuelson, que é uma forma utilizada para sugerir que o fator abundante em uma economia deve ter um aumento da sua renda real, quando um país se abre comercialmente. Se o fator abundante nos países em desenvolvimento é o trabalho com baixa qualificação, então se pode concluir que os pobres (não qualificados) em países em desenvolvimento são os que mais têm a ganhar com o aumento do comércio. Os autores utilizaram este conceito para argumentar que as reformas comerciais nos países em desenvolvimento devem ser vistas como políticas “pró-pobres”, desde que estas nações tenham consideráveis vantagens comparativas na produção dos bens produzidos através de trabalho não qualificado. Portanto, segundo esta perspectiva, a liberalização comercial pode diminuir a pobreza e reduzir a desigualdade dentro das nações.

Em 2015, o *International Chamber of Commerce's* (ICC) divulgou o índice *Open Markets Index* (OMI), que reflete o nível de abertura do comércio dos países. Seu objetivo é, além de elencar as nações em ordem decrescente de abertura comercial, avaliar o desempenho dos países com base em quatro indicadores de abertura de comércio e constituir-se num instrumento para autoridades e tomadores de decisões políticas. Os quatro indicadores que compõem o índice são: abertura comercial observada, política comercial, abertura ao investimento direto estrangeiro e infraestrutura para o comércio. Segundo ICC (2016), a média global das 75 nações avaliadas no índice vem aumentando constantemente, passando de 3,5, em 2011, para 3,7, em 2015, o que mostra que, em geral, a comunidade internacional vem ampliando gradativamente seus níveis de liberalização comercial.

As economias com melhor avaliação em relação à abertura comercial são Honk Kong e Singapura, com o índice de 5,5; já as economias com menores índices, dentre os países analisados, são Bangladesh, Etiópia e Sudão, com índices menores do que 2. Já os países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), considerados como os principais países em desenvolvimento, continuam com uma média geral abaixo da média global, com um índice de 2,8. Porém, segundo ICC (2016), o agrupamento vem apresentando progresso nos indicadores ao longo do tempo. Individualmente, apenas a África do Sul apresenta índice considerado na média, de 3,3; logo após pode-se observar Rússia e China, com índice em torno de 3 (3,1 e 3, respectivamente). Do BRICS, as economias com menor nível de abertura comercial são Índia, com índice de 2,6, e Brasil, que apresenta índice de 2,3. Estas economias ocupam, respectivamente, as posições 63^a e 70^a, quase as últimas, levando em consideração que o *ranking* possui 75 países.

³ Esta é a medida normalmente utilizada em estudos sobre pobreza, para traçar um nível de renda que reflita uma renda mínima ou o nível mínimo de consumo necessário para atender as necessidades básicas de um indivíduo. Volumes de comércio são normalmente medidos relativamente, através do cálculo da soma das exportações e das importações, e posteriormente a divisão desta soma pelo PIB do país (HARRISON, 2006).

Sendo assim, a partir da análise do relatório OMI divulgado pelo ICC (2016), pode-se concluir que os países em desenvolvimento, que são foco desta pesquisa, encontram-se ainda abaixo dos níveis considerados médios de liberalização comercial, que, segundo Winters (2006), é um dos fatores mais importantes para a diminuição da pobreza.

2.3 ESTUDOS EMPÍRICOS SOBRE LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL E POBREZA POR MEIO DO MODELO DE EQUILÍBRIO GERAL COMPUTÁVEL

A onda de liberalização comercial durante a última década elevou a participação de vários países em desenvolvimento no mercado mundial. Esta nova abertura do comércio tem sido acompanhada da preocupação, por parte dos tomadores de decisão, de como os pobres irão ser afetados por isso e como ficará a distribuição de renda nestes países. Como a Rodada de Doha, da Organização Mundial do Comércio (OMC), teve grande ênfase na participação dos países em desenvolvimento, muitas pesquisas surgiram para quantificar como a liberalização comercial afetaria a pobreza nestes países.

Winters (2000) identificou os principais mecanismos que relacionam o comércio, as políticas comerciais e a pobreza, sendo eles: (i) o preço e a disponibilidade dos bens; (ii) os fatores preço, renda e emprego; (iii) as transferências governamentais influenciadas pela evolução dos impostos do comércio; (iv) os incentivos ao investimento e à inovação, que modificam a curva de crescimento de longo prazo; (v) os choques externos e alterações dos termos de troca; e (vi) o risco de curto prazo da nação. A maior parte dos estudos empíricos aborda um ou dois destes aspectos, desconsiderando os demais.

Hertel e Reimer (2005) realizaram a análise e a classificação de 35 estudos relacionados a estes dois temas e, segundo os autores, as principais pesquisas podem ser agrupadas em quatro categorias metodológicas: (a) *cross-country regression*; (b) *partial-equilibrium/cost-of-living analysis*; (c) *general-equilibrium*; e (d) *micro-macro synthesis*. Para os autores, as quatro categorias podem compreender tanto abordagens “de baixo para cima” como “de cima para baixo”, que são tradicionalmente associadas com pobreza e comércio, respectivamente. A primeira abordagem baseia-se na informação detalhada da pesquisa e enfatiza a heterogeneidade das famílias e dos indivíduos, bem como as ligações do mercado de *commodities* entre comércio e pobreza. A segunda abordagem começa com uma suposição da família representativa da teoria econômica e geralmente incorpora ligações adicionais entre comércio e pobreza, como fatores de ganhos e efeitos dos termos de troca.

No entanto, os mais recentes e inovadores estudos ligam as abordagens “de cima para baixo” e “de baixo para cima” em um procedimento de dois passos, de tal forma que os mecanismos de equilíbrio geral são incorporados juntamente com informações de pesquisa domiciliar detalhadas. Mesmo que, segundo os autores, não necessariamente seja elegante em sua teoria, esta abordagem contabiliza a maioria das ligações entre comércio e pobreza, é baseada em sólida pesquisa empírica e é compatível com o modelo de comércio “multi região” (HERTEL; REIMER, 2005).

Segundo Hertel e Reimer (2005), o modelo de equilíbrio geral é amplamente utilizado para avaliar os impactos de choques econômicos, que atingem vários setores da economia e, em alguns casos, várias regiões ou até o mundo como um todo. Este modelo é capaz de produzir resultados separados para níveis microeconômicos, ao fornecer verificações consistentes sobre as contas macroeconômicas. Para os autores, o modelo de equilíbrio geral é tipicamente baseado na teoria neoclássica da firma e do comportamento do consumidor e tem um quadro de tempo suficiente para atingir o equilíbrio nos mercados estudados.

Utilizando o modelo de equilíbrio geral, Hertel et al. (2003) analisaram a estrutura da pobreza em 14 países em desenvolvimento, examinando as possíveis consequências da liberalização comercial para os pobres destes países. Neste estudo, os autores demonstraram que os pobres tendem a ser mais especializados e dependentes da fonte de receita do que os não pobres. Isto mostra que eles seriam mais vulneráveis a mudanças de políticas comerciais, que favoreceriam um setor da economia em detrimento de outro.

Segundo os autores, a afirmação de que “globalização gera aumento da pobreza” é muito comum entre os críticos, que ainda argumentam que ela faz com que ocorra a proliferação de trabalhos de baixos salários e aumento de preços dos alimentos. Por outro lado, para os autores, uma das principais marcas da globalização é a sistemática eliminação das barreiras comerciais. Como defensores da liberalização comercial, argumentam que esta faz com que ocorra um aumento de preço dos produtos agrícolas,

ocorrendo um aumento da renda rural, que, conseqüentemente, irá reduzir a pobreza nos países mais pobres. Além disto, eles afirmam que com a liberalização comercial, a economia em geral obtém ganhos e isto faz com que todos passem a viver melhor.

Para realizar a análise a respeito da estrutura da pobreza nos 14 países do estudo, Hertel et al. (2003) delinearão graficamente a relação existente entre a parcela da população especializada na agricultura e o PIB *per capita*. Os autores concluíram que existe uma correlação inversa entre essas duas variáveis, ou seja, quanto maior a parcela da população especializada na agricultura, menor o PIB *per capita* do país (vice-versa).

Outra análise realizada pelos autores foi acerca da relação existente entre o percentual da população que realiza trabalho especializado e o PIB *per capita* do país, confirmando a relação positiva entre ambas as variáveis. Isto faz sentido, já que as economias mais ricas, normalmente, exibem um alto grau de especialização no trabalho, com baixos índices de emprego informal e mercados formalizados de trabalho.

Além disso, os autores também mostram a relação positiva entre a parcela da população especializada na agricultura e a parcela da população agrícola em situação de pobreza. Com isto, pode-se notar uma relação positiva entre os dois fatores. Porém, existem ainda algumas exceções, como, por exemplo, o Brasil, um dos países mais ricos da amostra e no qual os trabalhadores da agricultura representam apenas 4% da população, mas equivalem a um quarto dos pobres.

Para a realização das análises em questão, Hertel et al. (2003) utilizaram a base de dados do GTAP, que, segundo eles, é a ferramenta analítica utilizada mais amplamente para estes propósitos. Para identificar o potencial máximo de impacto da liberalização comercial, a simulação experimentou a eliminação de todas as barreiras de importação existentes e, além disto, realizou a remoção de todos os subsídios de exportação. Na Tabela 2, podem-se observar os resultados chave obtidos neste experimento.

Tabela 2: Impactos da liberalização comercial nas variáveis-chave de Hertel et al. (2003)

País	Renda <i>per capita</i>	Efeito nos preços de bens e serviços	Renda real	Impactos nos ganhos relativos				Impactos nos gastos relativos		
				Lucro - agro	Lucro - não agro	Mão de Obra - não qualificada	Mão de Obra - qualificada	Alimentos	Manufaturados	Serviços
Bangladesh	-1,7	-2,0	0,3	0,1	0,0	-0,3	-0,2	0,3	-7,8	2,1
Brasil	1,2	0,3	0,9	12,5	-1,4	-1,1	-1,1	4,0	-3,4	0,4
Chile	3,5	3,4	0,1	16,8	-1,8	-0,7	-1,8	5,4	-4,9	0,4
Colômbia	-0,2	-0,6	0,3	9,8	-1,0	-0,6	-1,1	2,3	-3,5	0,8
Filipinas	3,0	2,9	0,1	2,7	-0,8	0,9	-1,2	2,1	-6,0	0,9
Indonésia	4,2	3,5	0,7	1,5	-0,7	0,8	0,1	2,8	-7,5	0,5
Malawi	3,1	0,9	2,2	7,8	-5,1	-0,2	-1,7	5,7	-10,3	3,5
México	-2,5	-2,3	-0,2	-2,6	0,4	0,0	0,0	-0,9	-1,3	1,0
Peru	5,4	6,3	-1,0	0,6	0,0	-1,3	-2,0	11,3	-5,3	-2,1
Tailândia	1,7	0,5	1,2	6,7	-0,7	-0,1	-2,4	2,3	-5,2	3,9
Uganda	2,9	2,5	0,5	-0,4	0,0	-0,1	0,6	1,0	-7,6	0,3
Venezuela	0,4	0,4	0,0	5,8	-0,5	-0,6	-1,3	0,8	-2,6	1,0
Vietnã	49,9	37,8	12,0	-22,6	0,6	3,5	0,1	-10,3	-39,8	24,2
Zâmbia	3,0	2,2	0,9	1,7	-1,1	-1,3	-1,3	1,5	-4,7	0,5

Fonte: Hertel et al. (2003, p.2).

O aumento percentual médio dos ganhos privados dos indivíduos dos 14 países estudados está descrito na primeira coluna da Tabela. No entanto, os preços que os consumidores precisam pagar pelos bens e serviços também aumentaram na maioria dos casos, o que pode ser observado na segunda coluna. Então, deve-se analisar o impacto da liberalização comercial na renda real, que está representado na terceira coluna. O que se pode concluir deste estudo é que, com exceção de México, Peru e Venezuela, todos os outros países apresentaram ganhos reais na média de seus recebimentos relativos à capital, terra e trabalho, comparando com o mundo como um todo.

Naranpanawa e Arora (2014) buscaram, através da utilização da base de dados GTAP – versão 7, identificar e quantificar o impacto regional da liberalização comercial na Índia. Segundo os autores, ao longo das últimas décadas, tem havido um crescente interesse entre pesquisadores e formuladores de políticas na compreensão dos impactos da globalização e, em especial, da liberalização do comércio.

De acordo com Naranpanawa e Arora (2014), os resultados obtidos através desta pesquisa indicam que, no curto prazo, a liberalização comercial tem um impacto positivo sobre as regiões mais ricas e de renda média e um impacto marginal ou negativo sobre as regiões mais pobres. Consequentemente, a liberalização do comércio pode invariavelmente aumentar, no curto prazo, as diferenças existentes entre as regiões mais ricas e as regiões mais pobres na Índia. Os autores afirmam, ainda, que para criar um crescimento mais inclusivo, é necessário que as reformas comerciais sejam acompanhadas por outras medidas políticas que promovam a igualdade regional.

Nahar e Siriwardana (2009), utilizando também o modelo de equilíbrio geral computável, investigaram os impactos da liberalização comercial na pobreza de Bangladesh. Para eles, este modelo tem sido amplamente utilizado como uma ferramenta para simular os impactos de choques exógenos ou mudanças políticas relacionadas com a pobreza e a distribuição de renda.

Os resultados desta pesquisa mostram que a remoção completa de tarifas comerciais favorece os setores orientados para a exportação, pois, em geral, o efeito imediato do corte tarifário é tornar as importações mais baratas, comparando-se com essas mesmas mercadorias, mas produzidas internamente. Consequentemente ocorre um aumento das importações, uma diminuição das receitas tarifárias do governo e uma redução na produção e nos empregos dos setores que competem com as importações, anteriormente protegidos. Ao mesmo tempo, a redução da tarifa também reduz os custos internos de produção, devido à redução dos preços no mercado interno de insumos importados para a produção. Por fim, como resultado disto, o país experimenta uma melhoria da competitividade do setor exportador.

Em Bangladesh, as políticas de liberalização comercial foram acompanhadas de políticas fiscais e monetárias e como resultado, o país tornou-se cada vez mais aberto ao mercado internacional. A abertura comercial, medida pelo comércio (exportações e importações) como proporção do PIB, aumentou de 18,01%, na década de 1980, para 22,92%, na década de 1990, e para 30,41% durante o período entre 2000 e 2005.

Com relação à pobreza, os autores concluíram que, no curto prazo, nas áreas rurais, a liberalização comercial tem um impacto positivo, porém, nas áreas urbanas, é projetado um aumento da pobreza, principalmente em grupos agregados familiares analfabetos e com baixa escolaridade. Em contraste, os resultados de longo prazo destacam que a liberalização comercial reduz a pobreza absoluta para todos os grupos, tanto em áreas rurais como em áreas urbanas.

O Brasil foi analisado por Azzoni et al. (2007), que utilizaram a base de dados GTAP – versão 6, para medir o impacto de uma possível reforma comercial entre o Brasil e os países membros da OCDE mais a China, que se daria através da redução de 50% nas tarifas de todos os setores, do corte de 50% nos subsídios das exportações de produtos agrícolas e de uma redução de 50% nos subsídios domésticos aos produtores rurais, de todos os países. Para os autores, o Brasil poderia se beneficiar consideravelmente da liberalização do comércio proposta entre os países e para isto deveria realizar reformas políticas e agrícolas. Eles afirmam, ainda, que o resultado não é surpreendente, dada a importância mundial do Brasil nos mercados agrícolas e sua especialização em produtos com alta proteção nos países da OCDE.

Com relação ao impacto desta maior abertura comercial entre os países sobre a pobreza, os autores afirmam que estes ganhos de comércio aumentariam os rendimentos de todos os grupos domésticos, incluindo os mais pobres, porém, em geral, o bem-estar das famílias agrícolas mais pobres aumentaria em menor grau do que o de famílias agrícolas mais ricas. Este padrão se manteria com relação às famílias urbanas, com exceção do quartil mais rico da população, que se beneficiaria menos, em relação aos demais, quando se encontrasse em nível de pleno emprego.

Azzoni et al. (2007) concluem que também ocorrem benefícios para trabalhadores não qualificados, no entanto, os lucros agrícolas aumentam mais do que qualquer outra fonte de renda. Para eles, os maiores beneficiários destas mudanças no comércio são os trabalhadores agrícolas assalariados e os produtores comerciais, cujos rendimentos são diretamente dependentes. Quanto às famílias, as agrícolas e ricas tendem a obter mais ganhos do que as agrícolas e mais pobres, no entanto, todas as famílias agrícolas tendem a obter o dobro de ganho do que as famílias urbanas, ao mesmo nível de renda.

Herault (2007) utilizou o modelo de equilíbrio geral computável para analisar o impacto da liberalização comercial, através da remoção total das tarifas de importação, na África do Sul. Para o autor, a remoção das tarifas implica em uma perda limitada de receita para o governo, no entanto, isto afeta a

economia através da redução dos preços de produtos importados. Tal fato provoca uma mudança inicial, favorecendo as mercadorias importadas e distanciando os consumidores das mercadorias produzidas internamente, pois reduz dentro do país os preços dos importados. Isto faz com que ocorra uma depreciação da taxa de câmbio real, o que, conseqüentemente, promove as exportações e contribui para um equilíbrio nas contas do país.

Em relação às contas do governo, segundo o autor, a contração da receita nominal do governo após a diminuição dos preços é parcialmente compensada pela diminuição dos custos das despesas públicas e pela expansão do PIB. Já os ganhos nominais dos trabalhadores qualificados e pouco qualificados apresentam queda, devido ao fato de ocorrer diminuição dos preços, resultado da queda dos preços dos bens importados.

Herault (2007) conclui que a liberalização comercial deve ser responsável por um crescimento econômico de 0,3% e, como resultado, induz a uma maior utilização de dois fatores escassos de produção, que são capital e trabalho qualificado através do aumento dos retornos reais obtidos por eles. Segundo o autor, os resultados sugerem que a liberalização comercial é favorável aos pobres, pois reduz a pobreza através da expansão dos empregos formais e apresenta, ainda, um efeito positivo sobre a desigualdade social.

Por fim, Hertel et al. (2009) examinaram os prováveis impactos das reformas comerciais conforme a presente rodada de negociações da OMC, a Rodada Doha, também conhecida como a Rodada do Desenvolvimento.⁴ Os autores realizaram a comparação de diversos cenários de liberalização comercial, entre eles: a liberalização comercial agrícola em países desenvolvidos e a liberalização comercial agrícola em países em desenvolvimento, sendo realizadas de duas formas, através de uma liberalização total e global e conforme a Rodada Doha. Para isto, os autores utilizaram o modelo de equilíbrio geral computável através da base de dados do GTAP – versão 6.1.

Ao fim do estudo, os autores chegaram a algumas conclusões importantes sobre os efeitos na pobreza dos países das reformas comerciais. A primeira é que os pobres dos países em desenvolvimento são mais beneficiados quando a liberalização comercial se dá de forma recíproca, envolvendo os países em desenvolvimento, do que quando a liberalização comercial ocorre apenas nos países desenvolvidos. Esta é uma das críticas do artigo em relação à Rodada Doha da OMC, pois a atual rodada negocia uma abertura comercial maior para os países desenvolvidos do que para os países em desenvolvimento.

A segunda conclusão importante do estudo realizado por Hertel et al. (2009) é que em todos os cenários em que são comparadas a liberalização comercial total entre os países e a liberalização comercial conforme a Rodada Doha, a primeira apresenta sempre resultados maiores do que a segunda com relação à redução da pobreza. Segundo os autores, a Rodada Doha pode ser considerada menos favorável aos pobres e irá gerar apenas um quinto do impacto na pobreza do que poderia gerar uma reforma comercial total.

Sendo assim, o presente trabalho pretende contribuir para os estudos a respeito da relação entre liberalização comercial e pobreza, por meio da utilização do modelo de equilíbrio geral computável, focando principalmente nos países em desenvolvimento.

3 METODOLOGIA

Nesta seção é abordada a metodologia empregada para avaliar os efeitos da liberalização comercial sobre as principais regiões em desenvolvimento do mundo. Conforme destacado na seção anterior, inúmeros estudos, que procuram examinar os efeitos do comércio internacional sobre a pobreza, têm se baseado em modelos de equilíbrio geral computável. No artigo é empregado o modelo de equilíbrio geral computável, mediante a utilização da base de dados GTAP.

Conforme Hertel (1997), o GTAP é um modelo padrão, multiregional de equilíbrio geral aplicável que assume retornos constantes de escala e competição perfeita nas atividades de produção. Nesta pesquisa, as 134 regiões e os 57 setores da versão 8 da base de dados deste *software*, que se refere ao ano de 2007, foram agrupadas em sete regiões, conforme o Quadro 1, e quatro setores, de forma a permitir a

⁴ A Rodada Doha ficou assim conhecida porque apresentava como motivação inicial a abertura de mercados agrícolas e industriais com regras que favoreceriam a ampliação dos fluxos comerciais dos países em desenvolvimento.

mensuração dos efeitos da liberalização comercial em relação à pobreza nos países que compõem as principais regiões em desenvolvimento e desenvolvidas do mundo.

Quadro 1: Agregação regional

Região	Países
América Latina	Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela e Resto dos países da América do Sul, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, El Salvador, México, Resto da América Central e Resto do Caribe.
Ásia	China, Mongólia, Taiwan, Resto do Leste Asiático, Resto do Leste da Ásia, Cambódia, Indonésia, República do Lao, Malásia, Filipinas, Singapura, Tailândia, Vietnã, Resto do Sudeste da Ásia, Bangladesh, Índia, Nepal, Paquistão, Sri Lanka, Resto do Sul da Ásia e Resto do Oeste da Ásia.
África	Bahrein, Irã, Kuwait, Omã, Qatar, Arábia Saudita, Emirados Árabes, Egito, Marrocos, Tunísia, Resto do Norte da África, Benin, Burquina Faso, Camarões, Costa do Marfim, Gana, Guiné Bissau, Nigéria, Senegal, Togo, Resto do Oeste da África, África Central, Resto do Sul Africano, Etiópia, Quênia, Madagascar, Malawi, Ilhas Maurício, Moçambique, Ruanda, Tanzânia, Uganda, Zâmbia, Zimbábue, Resto do Leste da África, Botswana, Namíbia, África do Sul, Resto da União Sul-africana e Resto do Oriente Médio.
Resto dos Países em Desenvolvimento	Albânia, Bielorrússia, Rússia, Ucrânia, Resto do Leste europeu, Resto da Europa, Cazaquistão, Quirguistão, Resto da antiga União Soviética, Armênia, Azerbaijão, Geórgia, Turquia, Resto da Oceania, Resto da América do Norte e Resto do Mundo.
União Europeia	Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia (tornou-se membro em jul. 2013), Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Holanda, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Romênia e Suécia.
EUA	Estados Unidos da América.
Resto dos Países Desenvolvidos	Austrália, Nova Zelândia, Hong Kong, Japão, Coreia do Sul, Canadá, Suíça, Noruega, Resto da EFTA e Israel.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A agregação regional procurou destacar as principais regiões em desenvolvimento do planeta, ou seja, América Latina, Ásia e África. Os demais países em desenvolvimento, que não pertenciam a estas três regiões, foram agrupados em Resto dos Países em Desenvolvimento. Por fim, os países desenvolvidos também foram divididos em EUA, União Europeia e Resto dos Países Desenvolvidos.

A agregação setorial foi criada para observar os efeitos da liberalização comercial sobre os setores segundo seu grau de intensidade tecnológica.⁵ Sendo assim, os setores foram organizados conforme a classificação da OCDE, dividida em quatro categorias: alta e média-alta intensidade tecnológica; média-baixa e baixa intensidade tecnológica; setor primário; e serviços. A agregação setorial empregada foi:

- a. Alta e média-alta intensidade tecnológica: veículos motorizados e peças automotivas, produtos químicos e plásticos e borrachas; máquinas, equipamentos eletrônicos, equipamentos não especificados, manufaturas não especificadas, equipamentos de transporte não especificados;
- b. Média-baixa e baixa intensidade tecnológica: laticínios, arroz processado, açúcar, bebidas e tabaco, outros produtos alimentícios processados, têxteis, vestuário, artigos em couro, artigos em lã, produtos em madeira, produtos em papel e impressos e produtos minerais não especificados; produtos de metais, metais ferrosos, metais não especificados, petróleo e produtos de carvão;
- c. Primário: arroz, trigo, cereais, frutas, vegetais, oleaginosas, cana de açúcar e açúcar de beterraba, fibras e outras culturas, animais vivos e produtos de origem animal, leite, lã, silvicultura, pescados, carvão, óleo, gás, outros minerais, carnes, óleos vegetais e gorduras;
- d. Serviços: eletricidade, distribuição de gás, água, construção, comércio, transporte marítimo, aéreo e outros, comunicação, serviços financeiros, seguros, serviços para negócios, recreação, administração pública, defesa, saúde e educação e habitação.

Para avaliar os efeitos da liberalização comercial em relação à pobreza dos países em desenvolvimento, foram realizadas simulações em três cenários diferentes de alterações nas tarifas de importação dos países, conforme o Quadro 2. Inicialmente, no cenário 1, foram reduzidas em 50% as tarifas de importação de produtos agrícolas somente nos países desenvolvidos e, após, em todas as regiões. Posteriormente, no cenário 2, foram reduzidas em 50% as tarifas de importação de todos os produtos, simulando este cenário em países desenvolvidos e, posteriormente, em todos os países. Por fim, no cenário 3, foi realizada a eliminação de todas as tarifas de importação dentro de cada região em desenvolvimento⁶, e, posteriormente, uma liberalização global, eliminando as tarifas entre todas as

⁵ A opção pela classificação de produtos por intensidade tecnológica permite identificar o perfil industrial que seria mais impulsionado com a eliminação das barreiras tarifárias no comércio entre as regiões examinadas.

⁶ Nesta simulação trabalha-se com a hipótese do regionalismo entre os países em desenvolvimento. Ou seja, foram eliminadas as tarifas de importação dentro de cada região em desenvolvimento, isto é, América Latina, Ásia, África e demais países em

regiões. Os impactos das alterações nas tarifas de importação no nível de pobreza dos países, analisado através do nível de renda real, em cada cenário foram comparados entre si a fim de compreender quais políticas são mais favoráveis à redução de pobreza nos países.

Quadro 2: Descrição dos cenários

Cenários	Pressupostos	Regiões
Cenário 1	Redução de 50% nas tarifas de importação de produtos primários.	Cenário 1A: somente nos países desenvolvidos.
		Cenário 1B: em todas as regiões.
Cenário 2	Redução de 50% nas tarifas de importação de todos os produtos.	Cenário 2A: somente nos países desenvolvidos.
		Cenário 2B: em todas as regiões.
Cenário 3	Eliminação das tarifas de importação de todos os produtos.	Cenário 3A: dentro de cada região em desenvolvimento (Regionalismo).
		Cenário 3B: em todas as regiões.

Fonte: Elaborado pelos autores.

As tarifas bilaterais ao nível de agregação apresentada pelo GTAP são obtidas pela agregação das tarifas não discriminatórias a seis ou oito dígitos do Sistema Harmonizado (SH), empregando como ponderação o valor das importações bilaterais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção são examinados os principais resultados obtidos com as simulações propostas e está dividido em duas subseções. Na primeira são analisados os efeitos exclusivamente sobre a renda real das famílias de cada região. Na segunda são avaliados os impactos dos cenários sobre o bem-estar, especialmente as alterações provocadas nos termos de troca das regiões examinadas.

4.1 EVOLUÇÃO DA RENDA REAL

4.1.1 Cenário 1: redução de 50% nas tarifas de importação de produtos primários

Neste primeiro cenário, foi realizada uma simulação reduzindo pela metade as tarifas de importação para produtos primários e foram analisados os efeitos quando da sua aplicação em países desenvolvidos (cenário 1A) e quando realizada em todas as regiões (cenário 1B). A escolha do corte de tarifas no setor primário se justifica pelo fato de este setor ser o mais protegido pelos países desenvolvidos, fato este que é considerado como um dos maiores entraves para a finalização da Rodada Doha da OMC, conforme destacam Hertel et al. (2009).

Analisando os resultados da Tabela 3, pode-se notar que na maioria das regiões, os efeitos na renda *per capita* foram praticamente neutralizados pelos efeitos nos preços dos bens e serviços, o que faz com que o efeito sobre a renda real (renda per capita descontada da variação nos preços de bens e serviços) seja quase nulo para a maioria das regiões. Esses resultados estão em sintonia com a literatura, que mostra ganhos de renda real *per capita* modestos para países em desenvolvimento (menores do que 1%) provocados pela liberalização comercial.⁷

No entanto, é possível perceber que as regiões em desenvolvimento, à exceção da África, obtêm ganhos maiores quando a liberalização comercial ocorre de acordo com o cenário 1B, incluindo elas próprias, do que quando esta ocorre no cenário 1A. Além disso, o impacto total, somadas todas as regiões, é maior neste cenário. Chama a atenção que em ambas as simulações, as regiões que obtêm os maiores ganhos de renda real são o Resto dos Desenvolvidos e a Ásia.

desenvolvimento. Assim, obtém-se uma situação de livre comércio dentro de cada região, mantendo-se a estrutura tarifária para as demais regiões em desenvolvimento e desenvolvidas.

⁷ Ver Martin e Winters (1996), por exemplo, para uma revisão dos estudos que examinam os efeitos sobre a renda real dos países em desenvolvimento de processo de abertura comercial multilateral.

Tabela 3: Comparação de impactos do cenário 1 (em %)

Regiões	Cenário 1A			Cenário 1B		
	Renda <i>per capita</i>	Efeito nos preços de bens e serviços	Renda real	Renda <i>per capita</i>	Efeito nos preços de bens e serviços	Renda real
América Latina	-0,22	-0,21	-0,01	0,01	0,00	0,01
EUA	0,09	0,09	0,00	0,01	0,01	0,00
União Europeia	0,01	0,01	0,00	-0,05	-0,05	0,00
Ásia	-0,08	-0,11	0,03	-0,01	-0,07	0,06
África	-0,50	-0,47	-0,03	-0,54	-0,53	-0,01
Resto dos Países em Desenvolvimento	-0,20	-0,24	0,04	-0,26	-0,33	0,07
Resto dos Países Desenvolvidos	0,10	0,07	0,03	0,05	0,02	0,03
Total			0,06			0,16

Fonte: Simulação - GTAP.

Portanto, as simulações apresentadas na Tabela 3 confirmam as afirmações de Hertel et al. (2009), em que a liberalização comercial quando realizada em todas as regiões é mais favorável aos pobres do que a liberalização comercial com ênfase em países desenvolvidos, como é o caso da Rodada Doha. Segundo os autores, isto ocorre porque as reformas nos países desenvolvidos tendem a elevar o preço dos alimentos, enquanto as reformas que incluem os países em desenvolvimento tendem a reduzir o preço dos alimentos ao reduzir as tarifas sobre eles, elevando os ganhos de renda real.

4.1.2 Cenário 2: redução de 50% nas tarifas de importação de todos os produtos

O segundo cenário se dá por meio da realização de simulações dos efeitos de uma redução de 50% nas tarifas de importação de todos os setores examinados. Este cenário é mais plausível do que o anterior, pois os países desenvolvidos demandam, no âmbito da OMC, a liberalização dos setores industriais como contrapartida a sua liberalização dos produtos primários. Em um primeiro momento, a redução tarifária se restringiu apenas aos países desenvolvidos (cenário 2A) e, em um segundo momento, englobou todas as regiões (cenário 2B).

Analisando a Tabela 4, é possível perceber que no cenário 2A, apenas a África obtém uma piora em sua renda real, o que significa que ocorreu um aumento em seu nível de pobreza. Porém, todas as outras regiões obtiveram ganhos, inclusive as regiões desenvolvidas, como EUA, União Europeia e Resto dos Desenvolvidos, esta última, inclusive, sendo a mais beneficiada dentre todas.

Já no cenário 2B, os ganhos de renda real são observados em todas as regiões, com destaque para as mais pobres, como Ásia e Resto dos Países em Desenvolvimento, que são as mais beneficiadas por esta liberalização comercial. Na Ásia ocorrem os maiores aumentos de renda real, chegando a 0,35%, seguida do Resto dos Países em Desenvolvimento, com 0,19%. Embora as regiões desenvolvidas tenham os ganhos menores, elas também apresentam aumento em sua renda real.

Tabela 4: Comparação de impactos do cenário 2 (em %)

Regiões	Cenário 2A			Cenário 2B		
	Renda <i>per capita</i>	Efeito nos preços de bens e serviços	Renda real	Renda <i>per capita</i>	Efeito nos preços de bens e serviços	Renda real
América Latina	-1,29	-1,3	0,01	-0,82	-0,92	0,10
EUA	0,17	0,15	0,02	-0,47	-0,48	0,01
União Europeia	0,22	0,18	0,04	-0,37	-0,38	0,01
Ásia	-1,28	-1,33	0,05	0,36	0,01	0,35
África	-1,79	-1,77	-0,02	-1,51	-1,64	0,13
Resto dos Países em Desenvolvimento	-1,43	-1,52	0,09	-1,27	-1,46	0,19
Resto dos Países Desenvolvidos	1,00	0,88	0,12	0,43	0,35	0,08
Total			0,31			0,87

Fonte: Simulação - GTAP.

Também se percebe que os ganhos de renda neste cenário 2, onde a redução das tarifas de importação ocorre em todos os setores e não apenas nos produtos primários, são mais significativos do que no cenário 1. Além disto, seis das sete regiões apresentam incremento na renda real no cenário 2A, enquanto todas apresentam melhora na renda real no cenário 2B. E a África, única região que apresentava uma queda de renda real, passa a ser a terceira região com os maiores ganhos no cenário 2B, chegando a 0,13%.

Tal fato confirma, da mesma forma que o cenário anterior, a constatação de Hertel et al. (2009), de que os impactos da liberalização comercial são maiores quando realizada de forma recíproca em todas as regiões e não apenas nas regiões desenvolvidas.

4.1.3 Cenário 3: eliminação das tarifas de importação de todos os produtos

O terceiro, e último, cenário promove a eliminação total das tarifas de importação de todos os produtos. Primeiramente, foi realizada a simulação deste cenário realizando a liberalização comercial preferencial, no âmbito de cada região em desenvolvimento examinada (cenário 3A). Ou seja, estabeleceu-se uma área de livre comércio entre os países da América Latina, outra entre os países da Ásia e outra entre os países africanos, com a completa eliminação das tarifas de importação intra-região. Após esse cenário de liberalização discriminatória (típica da recente onda de regionalismo) entre os países em desenvolvimento, foi realizada uma simulação supondo a plena liberalização comercial em todas as regiões, em uma liberalização multilateral não-discriminatória completa (cenário 3B).

No caso da primeira simulação realizada (cenário 3A), houve uma piora no que diz respeito à renda real em quatro das sete regiões analisadas, conforme a Tabela 5, incluindo EUA, União Europeia, África e Resto dos Desenvolvidos. Além destas, a América Latina ainda apresentou uma melhora de apenas 0,01%, ou seja, quase nula. Isso demonstra que a liberalização preferencial (discriminatória) entre os países em desenvolvimento é o cenário, dentre os analisados, que apresentou os piores resultados no que diz respeito à renda real das regiões, ou seja, em termos de melhorias no nível de pobreza das nações pertencentes a cada região.

Tabela 5: Comparação de impactos do cenário 3 (em %)

Regiões	Cenário 3A - Regionalismo			Cenário 3B - Multilateralismo		
	Renda <i>per capita</i>	Efeito nos preços de bens e serviços	Renda real	Renda <i>per capita</i>	Efeito nos preços de bens e serviços	Renda real
América Latina	0,10	0,09	0,01	-1,73	-1,89	0,16
EUA	-0,38	-0,37	-0,01	-0,99	-1,01	0,02
União Europeia	-0,28	-0,26	-0,02	-0,76	-0,77	0,01
Ásia	0,86	0,72	0,14	0,66	0,02	0,64
África	-0,08	-0,05	-0,03	-3,20	-3,37	0,17
Resto dos Países em Desenvolvimento	0,21	0,15	0,06	-2,73	-3,06	0,33
Resto dos Países Desenvolvidos	-0,50	-0,47	-0,03	0,82	0,69	0,13
Total			0,12			1,46

Fonte: Simulação - GTAP.

Já a segunda simulação realizada (cenário 3B), apresentou resultados bem diferentes e extremamente positivos, no que diz respeito aos impactos da liberalização comercial na melhoria do nível de pobreza das regiões, analisado através dos efeitos na renda real. Esta simulação envolveu a eliminação total das tarifas de importação por todas as regiões, e apresentou os melhores resultados dentre todas as simulações realizadas neste estudo.

Como pode ser observado na Tabela 5, os destaques positivos em relação à melhoria da renda real ficaram por conta da Ásia e do Resto dos Países em Desenvolvimento, que apresentaram aumentos de 0,64% e 0,33% em suas rendas reais, respectivamente. Após, aparece a África, a América Latina e o Resto dos Desenvolvidos, que apresentaram melhorias de 0,17%, 0,16% e 0,13%, respectivamente. As outras duas regiões, EUA e União Europeia obtiveram efeitos quase nulos no que diz respeito à renda real.

A partir da análise prévia, pode-se constatar que a liberalização comercial multilateral, da forma como foi realizada, tende a beneficiar mais as regiões pobres do que as regiões mais ricas. Portanto, conforme Hertel et al. (2009), estes cenários são sempre mais favoráveis aos pobres do que cenários que envolvem a liberalização comercial apenas, ou mais intensivamente, nos países desenvolvidos.

Outro fato que pode ser concluído é que a eliminação total das tarifas de importação apresenta resultados superiores a qualquer outro cenário de liberalização comercial, conforme pode ser analisado na Tabela 6.

Tabela 6: Impactos da liberalização comercial na renda real (em %)

Regiões	Cenário 1A - Países desenvolvidos	Cenário 1B - Todas regiões	Cenário 2A - Países desenvolvidos	Cenário 2B - Todas regiões	Cenário 3A - Regionalismo	Cenário 3B - Todas regiões
América Latina	-0,01	0,01	0,01	0,10	0,01	0,16
EUA	0,00	0,00	0,02	0,01	-0,01	0,02
União Europeia	0,00	0,00	0,04	0,01	-0,02	0,01
Ásia	0,03	0,06	0,05	0,35	0,14	0,64
África	-0,03	-0,01	-0,02	0,13	-0,03	0,17
Resto dos Países em Desenvolvimento	0,04	0,07	0,09	0,19	0,06	0,33
Resto dos Países Desenvolvidos	0,03	0,03	0,12	0,08	-0,03	0,13
Total	0,06	0,16	0,31	0,87	0,12	1,46

Fonte: Simulação - GTAP.

Por fim, vale ressaltar que as simulações realizadas apontam que a Ásia é a região em desenvolvimento que mais se beneficia quando há a reciprocidade no processo de liberalização comercial. Esses resultados estão em sintonia com o que vem ocorrendo nas últimas décadas, quando esta região foi a mais dinâmica em termos de crescimento econômico do mundo, reduzindo significativamente o contingente de pessoas vivendo na pobreza absoluta. E o crescimento acelerado com redução da pobreza coincide com o processo de liberalização comercial que a maioria dos países da região adotou ao longo desse período. Os cenários efetuados nesse estudo mostram que ainda há espaço para ganhos adicionais, em termos de redução da pobreza, se essas economias continuarem envolvidas em diferentes processos de liberalização comercial.

4.2 EFEITOS SOBRE O BEM-ESTAR

Além dos impactos na renda real das regiões envolvidas nos três cenários, é importante que sejam analisados os impactos sobre o bem-estar da população. De acordo com Baldwin e Venables (1995), em modelos de equilíbrio geral computável, que pressupõem concorrência perfeita e retornos constantes de escala, como o empregado neste estudo, os efeitos sobre o bem-estar estão associados à melhor alocação de recursos e à melhoria dos termos de troca provocados pela liberalização comercial.⁸

Conforme Winters (2000), um efeito importante de uma política comercial sobre a pobreza se dá por meio de mudanças nos termos de troca dos países. Políticas que melhorem os termos de troca de um país têm o potencial de aliviar a pobreza, pois aumentam o poder aquisitivo de seus habitantes. Esta subseção analisa os efeitos dos cenários propostos sobre o bem-estar, com ênfase nos seus impactos sobre os termos de troca das regiões em desenvolvimento.⁹

A análise da Tabela 7 permite constatar os efeitos sobre o bem-estar nas regiões, em todos os cenários trabalhados no presente estudo. A primeira conclusão que se pode ter, analisando os efeitos totais nos cenários, é que em todos eles o efeito total é positivo, ou seja, todos resultam em uma melhoria no nível de bem-estar das regiões como um todo, diferenciando-se um do outro pela magnitude dos efeitos e pelas regiões em que os efeitos ocorrem.

Tabela 7: Efeitos sobre o bem-estar (em milhões de US\$)

Regiões	Cenário 1A	Cenário 1B	Cenário 2A	Cenário 2B	Cenário 3A	Cenário 3B
América Latina	-1.912	818	-6.601	461	1.229	-409
EUA	4.156	2.846	11.626	-1.040	-6.042	-2.873
União Europeia	2.090	2.743	18.626	2.722	-6.340	4.524
Ásia	826	3.499	-16.053	23.902	20.330	44.818
África	-4.323	-3.906	-8.275	-1.273	-637	-5.195
Resto dos Países em Desenvolvimento	-621	-312	-4.296	-339	2.695	-2.768
Resto dos Países Desenvolvidos	4.212	3.390	23.923	14.203	-7.711	27.074
Total	4.429	9.078	18.949	38.636	3.523	65.170

Fonte: Simulação - GTAP.

⁸ Vale ressaltar que a teoria econômica não afirma que os ganhos tenham de ser necessariamente maiores em uma estrutura de mercado marcada pela competição imperfeita em comparação aos modelos baseados em competição perfeita. Harrison, Rutherford e Tarr (1997), por exemplo, salientam que esses ganhos adicionais estão mais associados com *mark-ups* mais elevados e/ou com a incorporação de outras mudanças, como elasticidades, do que com a mudança do regime em si.

⁹ Conforme mencionado na subseção 2.3, Hertel e Reimer (2005) afirmam que alterações nos termos de troca de uma região são uma das formas de ligação entre a política comercial e a pobreza.

Analisando os efeitos sobre o bem-estar das modificações realizadas no cenário 1, nota-se que quando o corte de 50% nas tarifas de importação de produtos primários ocorre apenas nas regiões desenvolvidas o impacto é inferior à metade, em torno de US\$ 4,3 bilhões, do que quando o corte nas tarifas ocorre em todas as regiões, quando o ganho chega a US\$ 9,078 bilhões. Quando a liberalização ocorre em todas as regiões, além de o impacto total ser maior, os efeitos são bem mais distribuídos nas regiões. É possível observar que os países em desenvolvimento da Ásia são os que mais se beneficiam em ambas as situações, mas os ganhos são muito mais acentuados no cenário 1B. A América Latina, por sua vez, deixa de ter perdas e passa a obter ganhos quando a liberalização é recíproca. As duas outras regiões em desenvolvimento, embora continuem a apresentar perdas de bem-estar, conseguem reduzi-las no cenário 1B.

De acordo com a Tabela 8, as perdas de bem-estar das regiões em desenvolvimento se devem à piora de seus termos de troca no cenário 1A, enquanto as regiões desenvolvidas se beneficiam com a melhoria de seus termos de troca. Esta situação é revertida parcialmente quando a liberalização é recíproca no cenário 1B, com a América Latina e a Ásia mostrando uma melhoria de seus termos de troca.¹⁰

Tabela 8: Efeitos sobre o bem-estar – cenário 1 (em milhões de US\$)

Regiões	Cenário 1A - Países Desenvolvidos			
	Efeitos Alocativos	Termos de Troca	Efeito I-S	Efeito Total
América Latina	-76	-1.811	-24	-1.912
EUA	97	3.146	913	4.156
União Europeia	-884	3.125	-151	2.090
Ásia	2.179	-877	-476	826
África	23	-4.635	290	-4.323
Resto dos Países em Desenvolvimento	1.123	-1.687	-57	-621
Resto dos Países Desenvolvidos	1.979	2.729	-495	4.212
Total	4.440	-11	0	4.429
Regiões	Cenário 1B - Todas regiões			
	Efeitos Alocativos	Termos de Troca	Efeito I-S	Efeito Total
América Latina	263	670	-115	818
EUA	104	1.874	868	2.846
União Europeia	240	2.512	-8	2.743
Ásia	3.883	223	-607	3.499
África	447	-4.657	304	-3.906
Resto dos Países em Desenvolvimento	1.832	-2.123	-21	-312
Resto dos Países Desenvolvidos	2.318	1.492	-420	3.390
Total	9.087	-9	0	9.078

Fonte: Simulação - GTAP.

Em relação aos efeitos alocativos, a mesma lógica se observa, com as regiões em desenvolvimento obtendo ganhos superiores com a liberalização mútua (cenário 1B). Em ambas as simulações, a Ásia é a maior beneficiada, com os ganhos chegando a US\$ 3,9 bilhões no cenário 1B, seguida pelo Resto dos Países em Desenvolvimento (US\$ 1,8 bilhão). Os ganhos alocativos das regiões em desenvolvimento se ampliam com a liberalização mútua porque eles estão estreitamente relacionados com o grau no qual um país reduz suas tarifas. Produtos importados mais baratos provocam ganhos tanto no consumo ampliado como na forma na qual os recursos domésticos são aplicados.

Quando se analisa o cenário 2, em que ocorre a redução de 50% nas tarifas de importação de todos os produtos, é possível identificar que a magnitude dos impactos é maior do que no cenário 1, tanto quando a realização da liberalização ocorre apenas nos países desenvolvidos como em todas as regiões. Os efeitos totais sobre o bem-estar no cenário 2A e 2B são aproximadamente quatro vezes maiores do que nos cenários 1A e 1B, respectivamente.

¹⁰ O impacto sobre o bem-estar derivado do componente investimento-poupança (efeito I-S), depende dos preços da poupança e do investimento e se a região é uma fornecedora ou receptora líquida de poupança. As regiões que são fornecedoras líquidas de poupança para o banco global se beneficiam com o aumento do preço da poupança relativo ao do investimento, enquanto os recebedores líquidos perdem.

Tabela 9: Efeitos sobre o bem-estar – cenário 2 (em milhões de US\$)

Regiões	Cenário 2A - Países Desenvolvidos			
	Efeitos Alcativos	Termos de Troca	Efeito I-S	Efeito Total
América Latina	308	-7.181	272	-6.601
EUA	1.143	8.461	2.023	11.626
União Europeia	4.742	15.223	-1.339	18.626
Ásia	4.487	-21.310	770	-16.053
África	256	-10.610	2.079	-8.275
Resto dos Países em Desenvolvimento	2.417	-6.488	-225	-4.296
Resto dos Países Desenvolvidos	5.917	21.554	-3.549	23.923
Total	19.269	-351	31	18.949
Regiões	Cenário 2B - Todas regiões			
	Efeitos Alcativos	Termos de Troca	Efeito I-S	Efeito Total
América Latina	2.433	-2.572	601	461
EUA	1.105	-1.400	-745	-1.040
União Europeia	2.015	738	-31	2.722
Ásia	20.417	4.433	-949	23.902
África	3.332	-6.956	2.351	-1.273
Resto dos Países em Desenvolvimento	4.639	-5.189	210	-339
Resto dos Países Desenvolvidos	4.783	10.836	-1.417	14.203
Total	38.725	-110	21	38.636

Fonte: Simulação - GTAP.

No primeiro momento, quando a liberalização ocorre apenas nos países desenvolvidos (cenário 2A), os impactos positivos se concentram nas três regiões ricas – Resto dos Países Desenvolvidos, EUA e União Europeia – enquanto as quatro regiões em desenvolvimento – América Latina, África, Ásia e Resto dos Países em Desenvolvimento – apresentam perdas de bem-estar. O efeito total sobre o bem-estar das regiões chega a US\$ 18.949 bilhões. Assim como já havia ocorrido no cenário 1, a liberalização parcial melhora os termos de troca dos países desenvolvidos, que promoveram o processo de abertura comercial, em detrimento dos países em desenvolvimento.

Já no cenário 2B, quando a liberalização ocorre em todas as regiões, as regiões em desenvolvimento apresentam uma melhora significativa em relação a simulação anterior, e duas delas – Ásia e América Latina – apresentam impactos positivos no bem-estar. Isso se deve, em grande parte, aos efeitos mais benéficos sobre os seus termos de troca, que apresentam resultados muito superiores ao cenário 2A. Na região da Ásia, por exemplo, que havia apresentado uma deterioração de US\$ 21,3 bilhões de seus termos de troca, passou a ter ganhos de US\$ 4,3 bilhões no cenário 2B. Ao mesmo tempo, as regiões em desenvolvimento se beneficiam com maiores ganhos alocativos, resultado de sua própria abertura comercial. Novamente, a Ásia é a região que obteve os ganhos mais expressivos em termos alocativos nesta simulação, que atingiram US\$ 20,4 bilhões.

As regiões desenvolvidas, por sua vez, apresentam uma queda grande nos impactos em relação à simulação anterior, sendo que os EUA passam até a ter queda de seu bem-estar, provocada pela perda em seus termos de troca. O efeito total no bem-estar nesta simulação chega a US\$ 38,6 bilhões, quase o dobro da simulação realizada apenas nas regiões desenvolvidas.

Através das simulações realizadas no cenário 2, assim como já havia ocorrido nas simulações do cenário 1, pode-se observar que a liberalização comercial quando ocorre em todas as regiões, além de proporcionar maiores ganhos em termos de bem-estar, novamente favorece mais as regiões em desenvolvimento do que quando a liberalização ocorre apenas nas regiões desenvolvidas. Em ambas as situações, a liberalização comercial das regiões em desenvolvimento as favorece devido tanto à melhor alocação de seus recursos como pelos melhores resultados de seus termos de troca.

Por fim, no cenário 3, as tarifas são eliminadas para todos os produtos, primeiramente dentro de cada região e, posteriormente, em todas as regiões. Neste cenário, ao analisar a Tabela 10, é possível constatar que a simulação denominada de Regionalismo apresenta o menor impacto em termos de bem-estar dentre todas realizadas, assim como havia apresentado o menor impacto em relação à renda real. Mas chama a atenção que duas regiões em desenvolvimento, a América Latina e a África, têm nesta simulação os melhores resultados em termos de bem-estar. A América Latina obtém um ganho de US\$ 1,2 bilhão, enquanto a África sofre a menor perda de bem-estar, de apenas US\$ 637 milhões, ambos provocados pelo desempenho de seus respectivos termos de troca.

Tabela 10: Efeitos sobre o bem-estar – cenário 3 (em milhões de US\$)

Regiões	Cenário 3A - Regionalismo			
	Efeitos Alocativos	Termos de Troca	Efeito I-S	Efeito Total
América Latina	4	1.076	149	1.229
EUA	-686	-3.856	-1.500	-6.042
União Europeia	-1.893	-5.084	637	-6.340
Ásia	6.887	14.253	-811	20.330
África	-406	-261	30	-637
Resto dos Países em Desenvolvimento	1.243	1.282	170	2.695
Resto dos Países Desenvolvidos	-1.561	-7.476	1.326	-7.711
Total	3.587	-67	3	3.523
Regiões	Cenário 3B - Todas regiões			
	Efeitos Alocativos	Termos de Troca	Efeito I-S	Efeito Total
América Latina	3.563	-5.201	1.229	-409
EUA	1.514	-2.757	-1.630	-2.873
União Europeia	2.122	2.401	0	4.524
Ásia	37.272	9.415	-1.868	44.818
África	4.867	-14.793	4.731	-5.195
Resto dos Países em Desenvolvimento	8.272	-11.462	422	-2.768
Resto dos Países Desenvolvidos	7.953	21.921	-2.800	27.074
Total	65.563	-477	84	65.170

Fonte: Simulação - GTAP.

Já quando ocorre a eliminação de todas as tarifas de importação em todas as regiões (cenário 3B), há o maior impacto dentre todas as simulações analisadas. Num cenário de liberalização total, envolvendo todas as regiões, os países mais beneficiados seriam os que estão localizados nas regiões da Ásia e do Resto dos Países Desenvolvidos. Outra região teria efeitos positivos menores, como é o caso da União Europeia, e outras regiões apresentariam, ainda, efeitos negativos, como é o caso da América Latina, dos EUA e do Resto dos Países em Desenvolvimento. O impacto total no bem-estar seria de US\$ 65,1 bilhões.

Pode-se concluir, após as análises de todos os cenários anteriores, que a liberalização comercial gera maiores ganhos de bem-estar quando ela ocorre em todas as regiões, e não apenas em regiões desenvolvidas. Quando as regiões em desenvolvimento também liberalizam o comércio, elas são as maiores beneficiadas. Além disso, quanto mais abrangente a liberalização, maiores são os ganhos de bem-estar gerados por ela.

A Ásia, assim como já havia ocorrido com a renda real na maioria dos cenários, é a região mais beneficiada com a liberalização recíproca em termos de bem-estar. Os ganhos mais expressivos ocorrem, como era de se esperar, quando a liberalização é mais abrangente, envolvendo todos os setores e regiões (cenário 3B), gerando ganhos de bem-estar de US\$ 44,8 bilhões. No entanto, ela também se beneficia quando há a abertura regional (cenário 3A) e nos cenários 1B e 2B. Isso sinaliza que esta região é aquela que tem mais a ganhar com o avanço das negociações multilaterais, no âmbito da rodada Doha da OMC.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo iniciou-se com a análise da evolução e da situação atual da pobreza global, onde se pôde constatar que a pobreza no mundo vem diminuindo expressivamente ao longo dos anos, apesar de os níveis atuais ainda serem bastante significativos. Logo em seguida, foram analisadas as relações entre a liberalização comercial e a pobreza, temas estes que são o objeto desta pesquisa, e se pôde verificar por meio dos estudos analisados que diversos autores confirmam uma relação positiva entre liberalização comercial e diminuição da pobreza.

Realizou-se também uma explanação sobre diversos estudos que, utilizando-se do modelo de equilíbrio geral computável, simularam cenários de liberalização comercial em diversas regiões e avaliaram seus impactos nos níveis de pobreza das regiões analisadas. Discorreu-se também sobre o modelo de equilíbrio geral computável, onde se mostrou a importância de sua utilização como forma de avaliar e antever futuros cenários e auxiliar na tomada de decisões dos responsáveis pela condução de políticas econômicas.

Além disso, este estudo realizou a simulação de três cenários distintos, onde foram avaliados diferentes níveis de liberalização comercial e avaliados os seus impactos nos níveis de pobreza das regiões. As análises se deram por meio da verificação dos impactos sobre a renda real das regiões e sobre

as alterações nos níveis de bem-estar, medidos através dos efeitos alocativos e das alterações nos termos de troca das regiões.

No primeiro cenário, foi realizada uma redução de 50% nas tarifas de importação dos produtos primários, primeiramente nas regiões desenvolvidas e posteriormente em todas as regiões. No cenário 2, foram eliminadas as tarifas de importação dos produtos primários nas mesmas regiões do primeiro cenário. E, por fim, no cenário 3, foram eliminadas todas as tarifas de importação de todos os produtos e comparados seus impactos quando da aplicação deste cenário em um conceito de regionalismo (liberalização somente dentro de cada região) e em todas as regiões.

Por meio da análise dos cenários realizados foi possível concluir que os impactos da liberalização comercial na pobreza são maiores à medida que esta passa a envolver mais setores das regiões em questão. Também se pode concluir que a liberalização comercial multilateral, ou seja, envolvendo conjuntamente todas as regiões, tende a beneficiar mais as regiões pobres do que os cenários que envolvem a liberalização comercial apenas, ou mais intensamente, nas regiões desenvolvidas. Esses resultados estão em sintonia com aqueles obtidos por Hertel et al. (2009), que mostram que a liberalização comercial quando realizada em todas as regiões é mais favorável aos pobres do que aquela com ênfase em países desenvolvidos, como é o caso da Rodada Doha.

Outro fato que pode ser concluído é que a eliminação total de tarifas de importação apresenta resultados superiores a qualquer outro cenário de liberalização comercial, tanto quando são analisados seus impactos na renda real quanto quando analisados os seus efeitos sobre o bem-estar das regiões. Por fim, é possível afirmar que a região mais beneficiada com a liberalização comercial, quando ela ocorre em todos os setores de todas as regiões, é a Ásia. Isso está em sintonia com o que vem ocorrendo nas últimas décadas, quando esta região foi a que mais reduziu seu contingente de pobreza simultaneamente à liberalização comercial adotada na maioria dos países da região.

Apesar da magnitude dos efeitos não ter sido significativa, isso é bastante comum em modelos de equilíbrio geral computável baseados na hipótese de competição perfeita. A literatura que trata desses modelos mostra que os ganhos de bem-estar são usualmente maiores em modelos com competição imperfeita quando comparados aos modelos que só permitem competição perfeita. De qualquer forma, o modelo utilizado permite identificar tendências e, portanto, influenciar políticas públicas. Nesse sentido, apesar de haver a compreensão de que uma liberalização total no comércio mundial é um cenário ainda longe de se tornar realidade, os resultados obtidos sinalizam que quanto mais próximo dele, mais perto se chega de realizar a erradicação da pobreza global.

Por fim, cabe a sugestão para que em um trabalho futuro se estime os efeitos da liberalização comercial sobre a pobreza, separando-se a população de diferentes países por estratos de renda. Para tanto, é preciso a realização de um modelo de simulação de microdados baseado em uma pesquisa da população de cada país, o que excede o propósito deste estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZZONI, C. et al. Who in Brazil will gain from global trade reforms? **World Economy**, 30(10), p. 1568–1593, 2007.
- BALDWIN, R.; VENABLES, A. Regional economic integration. In: GROSSMAN, G.; ROGOFF, K. (eds.) **Handbook of International Economics**, v. 3, Amsterdam: North Holland, p. 1597-1644, 1995.
- BHAGWATI, J.; SRINIVASAN, T. N. Trade and Poverty in the Poor Countries. **AEA Papers and Proceedings**, 92(2), p. 180-183, 2002.
- DOLLAR, D.; KRAAY, A. Growth is good for the poor. **Journal of Economic Growth**, 7(3), p. 195-225, 2001.
- DOLLAR, D.; KRAAY, A. Spreading the Wealth. **Foreign Affairs**, 81(1), p. 1-13, 2002.
- FRANKEL, J.; Romer, D. Does Trade Cause Growth? **American Economic Review**, 89(3), p. 379-99, 1999.
- HARRISON, A. Globalization and Poverty. **NBER Working Paper**, 12347, 2006.
- HARRISON, G.; RUTHERFORD, T.; TARR, D. Products standards, imperfect competition and the completion of the market of European Community. **World Bank Mimeo**, Washington, DC, n. 6, 1997.

- HERAULT, N. Trade liberalisation, poverty and inequality in South Africa: A computable general equilibrium-microsimulation analysis. **Economic Record**, 83(262), p. 317–328, 2007.
- HERTEL, T. W. (ed.). **Global trade analysis: modeling and applications**. Cambridge University Press, 1997.
- HERTEL, T. W.; KEENEY, R.; IVANIC, M.; WINTERS, L. A. Why Isn't the Doha Development Agenda more Poverty Friendly? **Review of Development Economics**, 13(4), p. 543-559, 2009.
- HERTEL, T. W.; REIMER, J. J. Predicting the poverty impacts of trade reform. **The Journal of International Trade and Economic Development**, 14(4), p. 377–405, 2005.
- HERTEL, T. W.; IVANIC, M.; PRECKEL, P.; CRANFIELD, J. Trade liberalization and the structure of poverty in developing countries. **GTAP Working Papers**, 25 (25), 2003.
- LITTLE, I. M. D.; SCITOVSKY, T.; SCOTT, M. Industry and trade in some developing countries. **Oxford University Press**, 1970.
- MARTIN, W.; WINTERS, A. **The Uruguay Round and the Developing Economies**. New York: Cambridge University Press, 1996.
- NAHAR, B.; SIRIWARDANA, M. Impact of Trade Liberalization on Poverty in Bangladesh: A Quantitative Assessment. **South Asia Economic Journal**, 10(2), p. 325-369, 2009.
- NARANPANAWA, A.; ARORA, R. Does trade liberalization promote regional disparities? Evidence from a multiregional CGE model of India. **World Development**, 64, p. 339–349, 2014.
- OXFAM INTERNATIONAL. **Riqueza: tenerlo todo y querer más**. Disponível em: <<http://oxf.am/ZiWz>>. Acesso em: 22 ago. 2016.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2014**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3910>>. Acesso em 10 set. 2016.
- RODRIK, D. Why Do More Open Economies Have Bigger Governments? **Journal of Political Economy**, 106, p. 997-1032, 1998.
- SACHS, J. D.; WARNER, A. Economic Reform and the Process of Global Integration. **Brookings Papers on Economic Activity**, 1, p. 1-95, 1995.
- THE INTERNATIONAL CHAMBER OF COMMERCE'S. ICC. **Open Markets Index**. Disponível em: <<http://www.iccwbo.org/global-influence/g20/reports-and-products/open-markets-index/>>. Acesso em 11 set. 2016.
- WINTERS, L. A. Trade and poverty in Africa. **Journal of Development Policy**, p. 43-69, 2006.
- WINTERS, L. A. Trade, Trade Policy, and Poverty: What are the Links? **Centre for Economic Policy Research**, Paper No. 2382, 2000.
- WORLD BANK. WB. **Countries**. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/country>>. Acesso em: 15 set. 2016.
- WORLD BANK. **Ending Extreme Poverty and Sharing Prosperity: Progress and Policies**. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/2015/12/25666216/ending-extreme-poverty-sharing-prosperity-progress-policies>>. Acesso em 09 de nov. 2016.
- WORLD BANK. **Global Economic Prospects: Spillovers amid Weak Growth**. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects>>. Acesso em: 5 abr. 2016.